

Até o dia da eleição

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Folha de S.Paulo, 25.09.06

O programa do PSDB é sinal de que o partido começa a rever a política adotada desde 1995, à qual Lula deu prosseguimento

ÀS VÉSPERAS das eleições presidenciais, quando o país se encontra mais uma vez imerso em profunda crise moral e política envolvendo diretamente a Presidência, o candidato da oposição divulga seu programa de governo. Vale a pena examinar com atenção o programa de Geraldo Alckmin, especialmente no que diz respeito à política macroeconômica, porque é nessa política e particularmente na equação de juro alto e câmbio baixo que está a causa fundamental da quase estagnação da economia brasileira. A regra básica do documento é simples: "O governo não pode gastar mais do que arrecada". Mas não basta: é preciso reduzir a despesa do Estado e a carga tributária; o objetivo é o déficit nominal zero e a redução da relação dívida/PIB dos 50% atuais para 25% a 30%.

A taxa de juros é vista corretamente como o grande problema. É ela o fator determinante do nível elevado de endividamento público: a alta taxa de juros mantém dívida elevada, a qual acaba por drenar recursos da sociedade. De fato, pesando mais de 8% do PIB, os juros pagos pelo Estado brasileiro são um fator fundamental do desequilíbrio fiscal que caracteriza a economia brasileira.

Entretanto, o programa supõe uma forma passiva para a queda da taxa de juros. Segundo o programa, quando a meta de teto de endividamento de 25% a 30% do PIB for atingida, a taxa de juros cairá para um nível comparável à internacional. Teremos, portanto, que esperar alguns anos. Afinal, não é a taxa de juros de curto prazo uma variável exógena, o único instrumento de política econômica de que dispõem os bancos centrais segundo a ortodoxia convencional? Se assim é, por que não procurar baixar essa taxa ao mesmo tempo em que se faz o ajuste fiscal, em vez de esperar que primeiro se faça o ajuste para depois a taxa cair naturalmente?

Por outro lado, continua o programa, de acordo com o princípio da paridade da taxa de juros, com a queda dessa taxa, o câmbio se depreciará. Muito bem, mas por que procurar transformar também a taxa de juros em uma variável administrável, em um instrumento adicional de política econômica, como fazem os países asiáticos? O programa tem o grande mérito de identificar os problemas, mas as soluções não

chegam a representar uma proposta alternativa à atual política econômica. Dá ênfase ao ajuste fiscal e busca o déficit nominal zero, mas não deixa claro que isso só fará sentido econômico e político se, ao mesmo tempo, e não depois, buscar baixar a taxa de juros.

Por outro lado, seria útil que explicitasse o destino do ajuste. O quadro fiscal brasileiro pode ser resumido nos seguintes termos: despesa pública de 40%, carga tributária de 37%, investimento de 1%, despesa corrente de 36%, dos quais 8% com juros e 28% do PIB com outras despesas. Uma proposta razoável seria a de o governo reduzir para a metade a despesa com juros e fazer um ajuste de dois pontos percentuais do PIB nas outras despesas, resultando daí um superávit nominal de 3% do PIB; como, entretanto, o objetivo não é superávit, mas equilíbrio, os 3% poderiam ser divididos em um aumento em duas partes iguais, 1,5 ponto percentual para aumento dos investimentos e 1,5 ponto percentual para diminuição da carga tributária.

Uma proposta como essa daria mais legitimidade ao ajuste fiscal. O programa é, de qualquer forma, um passo importante dado pelo PSDB. É um sinal de que o partido começa a rever a política macroeconômica adotada a partir de 1995, à qual Lula deu prosseguimento -essa política que mantém a economia quase estagnada. Não creio, porém, que neste quadro conturbado em que estamos vivendo possa fazer diferença em relação ao resultado do primeiro turno.

Lula, entretanto, ainda não tem a vitória assegurada. O escândalo do dossiê confirma um quadro de descalabro moral e de desprezo pela democracia que começa a ser percebido por setores mais amplos da sociedade. Até o dia da eleição, o país não está necessariamente condenado a mais quatro anos de governo, ou melhor, de desgoverno Lula.